



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ GONZAGA
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – COMDICA

PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE SÃO
LUIZ GONZAGA/RS - EDITAL COMDICA Nº 01/2023

PROVA OBJETIVA - 29/07/2023

NOME DO INSCRITO: _____

1. A presente prova contém 30 (trinta) questões de múltipla escolha, envolvendo matéria ligada ao desempenho da função de Conselheiro Tutelar, qual seja:

- A Política Municipal de Proteção aos Direitos da Criança e do Adolescente e seus órgãos e instrumentos, instituídos pela Lei Municipal nº 6.572, de 28 de março de 2023; e

- A Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente.

2. Cada questão contém cinco opções de resposta, sendo somente uma considerada correta.

3. Antes de iniciar a prova, confira o total das questões, sendo que qualquer irregularidade deverá ser comunicada ao fiscal.

4. Ao receber o Cartão de Respostas assine no local indicado, pois este não será substituído em caso de rasura.

5. Ao passar para o Cartão de Respostas, negrite o quadrado correspondente, sendo que eventual rasura será considerada anulada a respectiva questão.

6. A interpretação das questões é parte integrante da prova.

1/20



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ GONZAGA
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – COMDICA

CADERNO DE QUESTÕES:

QUESTÃO 1. De acordo com a Lei 8.069/90 – Estatuto da Criança e Adolescente, assinale a alternativa correta:

- A)** Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até onze anos e onze meses de idade;
- B)** Considera-se adolescente aquela pessoa entre doze anos e dezessete anos e onze meses de idade.
- C)** O ECA é aplicado excepcionalmente às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade, nos casos previstos pela Lei;
- D)** O ECA dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente, exclusivamente até seus dezoito anos, sem exceção.
- E)** O ECA dispõe sobre a proteção dos indivíduos até a maioridade civil, atualmente prevista para os vinte e um anos de idade.

QUESTÃO 2. De acordo com a Lei nº 8.069/1990 — ECA, assegurar efetivamente o direito relacionado à vida, à saúde, à alimentação, à educação e ao bem-estar para crianças e adolescentes é função do(a), EXCETO:

- A)** da própria criança;
- B)** da família;
- C)** da sociedade em geral;
- D)** do Poder Público;
- E)** da comunidade.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ GONZAGA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – COMDICA

QUESTÃO 3. Sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), assinale a alternativa CORRETA:

- A)** É assegurado à criança e ao adolescente a garantia de prioridade, a qual compreende, dentre outras, a precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- B)** É assegurado à criança e ao adolescente a garantia de prioridade, a qual compreende, dentre outras, a primazia de receber proteção e socorro em algumas determinadas circunstâncias;
- C)** É exigido que o poder público, por meio de suas instituições, propicie condições adequadas para o aleitamento materno. Entretanto, tal exigência, não se aplica ao setor privado.
- D)** A criança e o adolescente têm direito à proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas repressivas, associadas ao desenvolvimento.
- E)** É assegurado a todas as mulheres o acesso aos programas e às políticas de saúde da mulher e de planejamento reprodutivo e, às gestantes, nutrição adequada e atenção humanizada à gravidez, priorizando-se sempre o atendimento pré-natal.

QUESTÃO 4. O Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei n.º 8.069/1990 –, em consonância com a Constituição Federal de 1988, inscreve em seu Art. 4.º um conjunto de direitos fundamentais à criança, ao jovem e ao adolescente, direitos esses que devem ser assegurados com absoluta prioridade. Nos exatos termos da Lei, esses direitos correspondem:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ GONZAGA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – COMDICA

- A)** ao direito à propriedade, à escolaridade, à liberdade, à locomoção, à assistência médica e social, à coletividade, à individualidade, à aprendizagem e ao saber ao longo da vida;
- B)** ao direito à escolha da profissão, à saúde física e mental, à permanência nos locais educativos, à cultura, ao emprego, à moradia, à diversidade e à liberdade;
- C)** ao direito a frequentar os espaços públicos e privados, à escola, à faculdade, às atividades desportivas e culturais e à convivência com parentes, amigos e amigas;
- D)** ao direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária;
- E)** ao direito à aprendizagem ao longo da vida, à convivência familiar, a ser atendido de forma prioritária nos estabelecimentos públicos e privados, à educação e à saúde.

QUESTÃO 5. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), assinale a alternativa correta acerca do direito à vida e à saúde previstos no ECA.

- A)** Apesar de o Poder Público ter o dever de prevenir ou minorar as consequências do estado puerperal, não é sua obrigação proporcionar assistência psicológica à gestante e à mãe, no período pré e pós-natal;
- B)** A gestante e a parturiente têm direito a 1 (um) acompanhante de sua preferência durante o período do pré-natal, do trabalho de parto e do pós-parto imediato apenas nas instituições com espaço físico e estrutura para tanto;
- C)** O poder público, as instituições e os empregadores propiciarão condições adequadas ao aleitamento materno, dispensando-se tal necessidade aos filhos de mães submetidas a medida privativa de liberdade;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ GONZAGA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – COMDICA

D) Os hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, públicos e particulares, são obrigados a manter alojamento conjunto, possibilitando ao neonato a permanência junto à mãe;

E) Os hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, públicos e particulares, são obrigados a manter registro das atividades desenvolvidas, através de prontuários individuais, pelo prazo de dois anos.

QUESTÃO 6. Assinale a alternativa INCORRETA:

A) Incumbe ao poder público fornecer gratuitamente, àqueles que necessitarem, medicamentos, órteses, próteses e outras tecnologias assistivas relativas ao tratamento, habilitação ou reabilitação para crianças e adolescentes, de acordo com as linhas de cuidado voltadas às suas necessidades específicas;

B) Os estabelecimentos de atendimento à saúde, inclusive as unidades neonatais, de terapia intensiva e de cuidados intermediários, deverão proporcionar condições para a permanência em tempo integral de um dos pais ou responsável, nos casos de internação de criança ou adolescente;

C) As gestantes ou mães que manifestem interesse em entregar seus filhos para adoção serão obrigatoriamente encaminhadas, sem constrangimento, à Justiça da Infância e da Juventude;

D) O Sistema Único de Saúde promoverá programas de assistência médica e odontológica para a prevenção das enfermidades que ordinariamente afetam a população infantil, e campanhas de educação sanitária para pais, educadores e alunos.

E) Os casos de suspeita ou confirmação de castigo físico, de tratamento cruel ou degradante e de maus-tratos contra criança ou adolescente serão facultativamente



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ GONZAGA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – COMDICA

comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, caso haja comprovação do dano.

QUESTÃO 7. Bruna, professora, percebe que a aluna Isabela apresenta marcas roxas sobre a pele, similares às de castigo físico e maus-tratos. No mesmo instante, procura a diretora Beatriz, informando o caso e indagando a qual órgão deveria ser comunicado o relato para averiguações. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), essa comunicação deverá ser feita com urgência à(ao):

- A) Vara da Infância e da Juventude;
- B) Conselho Tutelar;
- C) Associação de Pais e Mestres;
- D) Conselho Nacional de Educação;
- E) Delegacia do Menor;

QUESTÃO 8. A respeito dos conceitos estabelecidos na Lei nº 8.069/1990 - ECA para fins de incidência das suas disposições, marcar C para as afirmativas Certas, E para as Erradas e, após, assinalar a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

() Considera-se castigo físico a ação de natureza disciplinar ou punitiva aplicada com o uso da força física sobre a criança ou o adolescente que resulte em sofrimento físico ou lesão.

() Considera-se tratamento cruel ou degradante a conduta ou forma cruel de tratamento em relação à criança ou ao adolescente que humilhe, ameace gravemente ou ridicularize.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ GONZAGA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – COMDICA

() Considera-se aprendizagem a formação técnicoprofissional ministrada segundo as diretrizes e bases da legislação de educação em vigor.

- A) C - C - C.
- B) E - E - C.
- C) C - E - C.
- D) E - C - E.
- E) E - E - E.

QUESTÃO 9. Sobre o direito à convivência familiar e comunitária, é CORRETO AFIRMAR:

- A) Será garantida a convivência eventual da criança com a mãe adolescente que estiver em acolhimento institucional.
- B) A criança e o adolescente em programa de acolhimento institucional ou familiar só poderá participar de programa de apadrinhamento após destituição do poder familiar.
- C) A manutenção ou a reintegração de criança ou adolescente à sua família terá preferência em relação a qualquer outra providência, caso em que será esta incluída em serviços e programas de proteção, apoio e promoção.
- D) Será garantida a convivência da criança e do adolescente com a mãe ou o pai privado de liberdade, por meio de visitas periódicas promovidas pelo responsável ou, nas hipóteses de acolhimento institucional, pela entidade responsável, desde que haja autorização judicial.
- E) A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 12 (doze meses), salvo comprovada



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ GONZAGA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – COMDICA

necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária.

QUESTÃO 10. Sobre o programa de apadrinhamento, assinale V para verdadeiro e F para falso, indicando, ao final, a alternativa com a sequência correta:

() O apadrinhamento consiste em estabelecer e proporcionar à criança e ao adolescente vínculos externos à instituição para fins de convivência familiar e comunitária e colaboração com o seu desenvolvimento nos aspectos social, moral, físico, cognitivo, educacional e financeiro.

() Podem ser padrinhos ou madrinhas pessoas maiores de 21 (vinte e um) anos, inscritas nos cadastros de adoção.

() Pessoas jurídicas não podem apadrinhar criança ou adolescente.

() O perfil da criança ou do adolescente a ser apadrinhado será definido no âmbito de cada programa de apadrinhamento, com prioridade para crianças ou adolescentes com remota possibilidade de reinserção familiar ou colocação em família adotiva.

A) V – V – V - V

B) V – F – F - V

C) F – F – F - F

D) V – F – V - V

E) V – V – F - V

QUESTÃO 11. A partir do Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa CORRETA.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ GONZAGA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – COMDICA

- A)** Quando os pais optarem em não vacinar o filho nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias, a unidade básica de saúde deverá realizar acompanhamento sistemático de forma a monitorar a saúde da criança e prevenir a infecção de doenças infantis.
- B)** O Estatuto da Criança e do Adolescente não recomenda orientação quanto a vacinação de crianças e adolescentes, pois este é um cuidado específico da área de saúde.
- C)** Os pais maiores de 18 (dezoito) anos poderão assinar um termo de responsabilidade junto ao Conselho Tutelar quando optarem em não vacinar seu filho nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias.
- D)** A vacinação de crianças nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias é uma opção dos pais ou responsáveis.
- E)** É obrigatória a vacinação das crianças nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias.

QUESTÃO 12. Acerca do poder familiar e da excepcionalidade do acolhimento institucional, é CORRETO afirmar que:

- A)** Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, salvo aqueles referentes ao poder sucessório;
- B)** O poder familiar será exercido em igualdade de condições, pelo pai e pela mãe, sendo que, em caso de discordância entre eles, deve-se dar preferência à sugestão paterna;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ GONZAGA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – COMDICA

C) A falta ou a carência de recursos materiais pode constituir motivo suficiente para a perda ou a suspensão do-poder familiar;

D) A mãe e o pai têm direitos iguais e deveres e responsabilidades compartilhados no cuidado e na educação da criança, devendo ser resguardado o direito de transmissão familiar de suas crenças e culturas.

E) A condenação criminal do pai ou da mãe pelo delito de tráfico de drogas implicará a destituição do poder familiar, por certamente expor a criança ou adolescente à situação de risco e vulnerabilidade.

QUESTÃO 13. Quanto às assertivas abaixo, assinale V para verdadeiro e F para falso, indicado, ao final, a sequência correta:

() Entende-se por família natural a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes, assim como os demais parentes que moram na mesma residência.

() Os filhos havidos fora do casamento poderão ser reconhecidos pelos pais no próprio termo de nascimento ou apenas por meio de processo judicial.

() O reconhecimento de paternidade pode preceder o nascimento do filho ou suceder-lhe ao falecimento, se deixar descendentes.

() O reconhecimento do estado de filiação é direito personalíssimo, indisponível e imprescritível, podendo ser exercitado contra os pais ou seus herdeiros, sem qualquer restrição, observado o segredo de Justiça.

A) V – V – V – V

B) V – F – V – V



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ GONZAGA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – COMDICA

- C)** F – V – V – V
- D)** V – F – F – V
- E)** F – F – V – V

QUESTÃO 14. Considerando a proteção no trabalho, está em **DESACORDO** com o disposto no ECA a seguinte assertiva:

- A)** São assegurados os direitos trabalhistas e previdenciários ao adolescente aprendiz maior de quatorze anos;
- B)** É permitido o trabalho noturno do adolescente empregado, desde que aprendiz e maior que dezesseis anos;
- C)** Ao adolescente portador de deficiência é assegurado trabalho protegido;
- D)** É lícito o trabalho do adolescente aprendiz observando-se as condições, tipo de trabalho, turno em que é exercido, de modo a preservar-lhes o desenvolvimento físico e mental e a compatibilidade com horário dedicado aos estudos;
- E)** É vedado, ao adolescente empregado aprendiz, trabalho em horários e locais que não permitam a frequência à escola.

QUESTÃO 15. Qual a idade mínima para uma criança ou adolescente viajar em excursão para comarca distante de onde reside desacompanhado(a) dos pais ou dos responsáveis sem expressa autorização judicial?

- A)** 10 anos
- B)** 12 anos
- C)** 14 anos



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ GONZAGA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – COMDICA

- D) 16 anos
- E) 18 anos

QUESTÃO 16. É crime previsto no ECA:

- A) entregar, gratuitamente, bebida alcoólica a criança ou adolescente;
- B) conduzir, sem prévia autorização judicial, criança ou adolescente para visitação do pai preso em estabelecimento prisional;
- C) entregar a criança fogos de estampido ou de artifício, ainda que incapazes de provocar-lhe dano físico;
- D) levar criança a culto religioso promovido em logradouros públicos;
- E) Hospedar criança ou adolescente desacompanhado dos pais ou responsável, ou sem autorização escrita desses ou da autoridade judiciária, em hotel, pensão, motel ou congênere.

QUESTÃO 17. Conforme a Lei nº 8.069/90, art. 54, é dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente, entre outros:

- A) progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio e ao ensino superior;
- B) atendimento em creche e pré-escola públicas às crianças a partir dos 3 (três) até os 5 (cinco) anos de idade;
- C) oferta de ensino noturno regular, adequando-se o adolescente trabalhador às condições oferecidas pelas escolas;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ GONZAGA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – COMDICA

- D)** acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;
- E)** atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente em centros de educação especial.

QUESTÃO 18. Sobre as entidades de acolhimento, assinale a alternativa correta:

- A)** Dentre os princípios que deverão ser adotados pelas entidades que desenvolvam programas de acolhimento familiar ou institucional está o de imediata integração da criança e adolescente em família substituta;
- B)** As entidades de acolhimento serão fiscalizadas exclusivamente pelo Judiciário e pelo Ministério Público;
- C)** Salvo determinação em contrário da autoridade judiciária competente, as entidades que desenvolvem programas de acolhimento familiar ou institucional, devem estimular o contato da criança ou adolescente com seus pais e parentes;
- D)** As entidades que mantenham programa de acolhimento institucional poderão, em caráter excepcional e de urgência, acolher crianças e adolescentes sem prévia determinação da autoridade competente, fazendo comunicação do fato em até 7 (sete) dias ao Juiz da Infância e da Juventude, sob pena de responsabilidade;
- E)** As entidades devem, sempre que possível, incentivar a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados.

QUESTÃO 19. De acordo com o art. 100 do ECA, são princípios que regem a aplicação das medidas de proteção, EXCETO:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ GONZAGA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – COMDICA

- A)** proteção integral e prioritária das crianças e adolescentes;
- B)** publicidade;
- C)** interesse superior da criança e do adolescente;
- D)** prevalência da família;
- E)** condição da criança e do adolescente como sujeitos de direitos.

QUESTÃO 20. Tendo em vista as disposições constantes no art. 100 do ECA, assinale a alternativa INCORRETA:

- A)** De acordo com o princípio da prevalência da família, na promoção de direitos e na proteção da criança e do adolescente deve ser dada prevalência às medidas que os mantenham ou reintegrem na sua família natural ou extensa;
- B)** A criança e o adolescente, em separado ou na companhia dos pais ou de responsável, têm direito a ser ouvidos e a participar nos atos e na definição da medida de promoção dos direitos e de proteção, sendo sua opinião devidamente considerada pela autoridade judiciária competente;
- C)** A intervenção deve ser a necessária e adequada à situação de perigo em que a criança ou o adolescente se encontram no momento em que a decisão é tomada.
- D)** A criança e o adolescente, seus pais ou responsável, em casos de grave violação de direitos, não precisam ser informados dos motivos que determinaram a intervenção, a fim de não atrapalhar e interferir nas investigações;
- E)** A intervenção deve ser efetuada de modo que os pais assumam os seus deveres para com a criança e o adolescente.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ GONZAGA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – COMDICA

QUESTÃO 21. No que diz respeito à prática de atos infracionais prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente e dos direitos individuais do menor infrator, assinale a alternativa INCORRETA:

- A)** O ato infracional é aquele cuja conduta é descrita como crime ou contravenção penal;
- B)** A apreensão de qualquer adolescente e o local onde se encontra recolhido serão incontinenti comunicados à autoridade judiciária competente e à família do apreendido ou à pessoa por ele indicada;
- C)** Ao ato infracional praticado por criança poderão ser aplicadas as medidas previstas no art. 101 (de proteção), bem como as medidas socioeducativas previstas no art. 112;
- D)** A internação, antes da sentença, pode ser determinada pelo prazo máximo de quarenta e cinco dias;
- E)** São asseguradas ao adolescente, entre outras garantias, o direito de solicitar a presença de seus pais ou responsável em qualquer fase do procedimento.

QUESTÃO 22. Pode-se definir o Conselho Tutelar como:

- A)** Um órgão responsável por fiscalizar o cumprimento das leis trabalhistas;
- B)** Uma organização não governamental que atua na defesa dos direitos das crianças;
- C)** Um grupo de psicólogos e assistentes sociais que oferecem atendimento a crianças em situação de risco;
- D)** Um órgão jurisdicional de fiscalização das entidades de atendimento às crianças e adolescentes;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ GONZAGA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – COMDICA

E) Um órgão público encarregado de zelar pelos direitos das crianças e adolescentes.

QUESTÃO 23. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas, **EXCETO:**

- A)** internação
- B)** recolhimento em entidade prisional
- C)** liberdade assistida
- D)** prestação de serviços à comunidade
- E)** obrigação de reparar o dano

QUESTÃO 24. Quanto à Lei nº 8069/90, analise as afirmativas a seguir.

- I. Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal.
- II. São penalmente inimputáveis os menores de 21 anos, sujeitos às medidas previstas na Lei.
- III. Para os efeitos da Lei deve ser considerada a idade do adolescente à data da condenação.

Quanto à prática do ato infracional por criança ou adolescente, está correto o que se afirma em:

- A)** I, II e III
- B)** I, apenas
- C)** II, apenas



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ GONZAGA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – COMDICA

- D) III, apenas
- E) I e II, apenas

QUESTÃO 25. De acordo com o ECA, são atribuições do Conselho Tutelar, EXCETO:

- A) Atender as crianças e adolescentes nas hipóteses em que os direitos reconhecidos no ECA forem ameaçados ou violados, aplicando as medidas de proteção cabíveis, dentre elas orientação, apoio e acompanhamento;
- B) promover a execução de suas decisões, podendo, para tanto, requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;
- C) expedir notificações;
- D) requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário;
- E) determinar a perda da guarda e poder familiar.

QUESTÃO 26. De acordo com a Lei Municipal 6.572/2023, são órgãos e instrumentos da política de atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente:

- A) Conselho Tutelar, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA e Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FUMUCRI;
- B) Conselho Tutelar, Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública;
- C) Conselho Tutelar, Ministério Público e Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA;
- D) Conselho Tutelar, Defensoria Pública e Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ GONZAGA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – COMDICA

E) Conselho Tutelar, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA, Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FUMUCRI e Ministério Público.

QUESTÃO 27. Sobre a Lei Municipal 6.572/2023, é correto afirmar:

A) O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, integrante da administração pública local, composto por 10 (dez) membros escolhidos pela população local.

B) O Conselho Tutelar funcionará, ordinariamente, nos dias úteis, no horário das 8h até 18h, de forma ininterrupta, sendo que em fins de semana e feriados serão realizados plantões, conforme o Regimento Interno e escala;

C) As decisões do Conselho Tutelar serão tomadas pelo seu colegiado, conforme dispuser o Regimento Interno, e somente poderão ser revistas pela autoridade judiciária, a pedido de quem tenha legítimo interesse.

D) As sessões realizadas pelo Conselho Tutelar serão instaladas com o mínimo de dois Conselheiros.

E) Em algumas hipóteses, poderão estar afastados do Conselho, ao mesmo tempo, mais do que dois conselheiros.

QUESTÃO 28. Assinale a alternativa correta sobre o COMDICA – Conselho Municipal dos direitos da criança e do adolescente:

A) O COMDICA é órgão deliberativo, controlador e de cooperação governamental, vinculado ao Poder Judiciário.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ GONZAGA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – COMDICA

- B)** Cada membro poderá representar até dois órgãos ou entidades.
- C)** O número de integrantes do Conselho poderá ser aumentado ou diminuído, devendo sempre ser mantida a paridade, mediante proposta dos membros do COMDICA, devidamente aprovada pelo Gabinete do Prefeito e Câmara de Vereadores;
- D)** O mandato dos Conselheiros do COMDICA será de dois anos, permitida uma recondução por igual período;
- E)** Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA, em caso de inércia do Conselho Tutelar, aplicar as medidas de proteção às crianças e adolescentes.

QUESTÃO 29. Sobre o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FUMUCRI, é CORRETO afirmar:

- A)** É vinculado ao Poder Judiciário e destinado a suportar as despesas dos programas que visem à preservação e à proteção dos Direitos das Crianças e Adolescentes.
- B)** É vedada a utilização dos recursos do FUMUCRI em despesas não identificadas diretamente com as suas finalidades, de acordo com os objetivos determinados na Lei da sua instituição.
- C)** O FUMUCRI será gerido pelo Juiz da Infância e Juventude, devendo observar a abertura de conta em estabelecimento oficial de crédito, que somente poderá ser movimentado mediante assinatura conjunta do ordenador da despesa e do representante do Poder Judiciário;
- D)** Os recursos do FUMUCRI destinar-se-ão ao financiamento apenas de ações governamentais;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ GONZAGA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – COMDICA

E) Constituem recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FUMUCRI os valores depositados na conta judicial de penas alternativas.

QUESTÃO 30. Sobre o processo de escolha dos conselheiros tutelares, é correto afirmar:

A) O processo para a escolha dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá através de eleição pelo voto direto, secreto, uninominal, universal e facultativo dos cidadãos do Município, presidida pelo COMDICA e fiscalizada pelo Ministério Público, na forma da lei;

B) O processo de escolha dos Conselheiros Tutelares será aberto com a publicação do Edital do Processo de Eleição de Conselheiros Tutelares que, obrigatoriamente, conterá período de registro de candidatura, que durará, no mínimo, 15 (quinze) dias;

C) O período de campanha eleitoral durará, no mínimo, 45 (quarenta e cinco) dias;

D) A votação ocorrerá necessariamente por meio de urnas eletrônicas;

E) Caso o número de candidatos registrados seja inferior a 8 (oito), a Comissão Eleitoral Especial informará ao COMDICA que poderá suspender o trâmite do processo de escolha e reabrir prazo para inscrição de novas candidaturas.